

## PROJETO DE LEI Nº 24/2018

*Dispõe sobre a instituição do Programa “Adote uma Guarita” no município de Itaúna e dá outras providências*

A Câmara Municipal de Itaúna – MG decreta:

**Art. 1º** Fica instituído o Programa “Adote uma Guarita”, que tem por finalidade receber a colaboração, diretamente, de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, na implantação, melhoria e conservação de pontos de parada de ônibus no Município.

Parágrafo único - Os contemplados deverão manter as normas de conservação estabelecidas pelo setor competente e seguir as normas NBR 9050 de acessibilidade.

**Art. 2º** O Programa caracteriza-se pela adesão espontânea dos interessados, que se comprometerão a observar as condições ajustadas em “Termo de Cooperação” a ser firmado com a Prefeitura.

§ 1º No “Termo de Cooperação” constará o prazo máximo de 30 (trinta), dias para o início das obras necessárias e de 60 (sessenta) dias para seu término.

§ 2º Não respeitados os prazos, considerar-se-á rompido automaticamente o “Termo de Cooperação”.

§ 3º Para cada ponto de parada de ônibus haverá autorização específica.

**Art. 3º** A Prefeitura, através da Secretaria competente, colocará à disposição dos interessados o rol dos locais passíveis de serem beneficiados pelo Programa e os modelos-padrão de ponto de parada de ônibus.

**Art. 4º** Os interessados em adotarem as guaritas de ônibus poderão nelas explorar publicidade, por meio de equipamento previamente aprovado pela Secretaria competente, com tamanho máximo de 1,00 m² (um metro quadrado), ficando isentas do pagamento de taxas de publicidade e propaganda, enquanto durar o período de adoção.

**Parágrafo único.** É vedada propaganda de:

I – cunho político

II – fumo e seus derivados;

III – jogos de azar;

IV – armas, munição e explosivos;

V – bebidas alcoólicas;

VI – produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida;

VII – fogos de estampido e de artifício, exceto aqueles que, pelo seu reduzido potencial, sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida;

VIII – revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado para crianças e adolescentes.

**Art. 5º** Poderão ser celebradas parcerias com outros órgãos e entidades, públicas ou privadas, para os fins do Programa.

**Art. 6º** Cada guarita poderá ser adotada por um único interessado.

**Art. 7º** A concessão terá a validade de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogada mediante requerimento próprio.

Parágrafo Único. A prorrogação dependerá exclusivamente de comprovação das normas estabelecidas no Artigo 1º desta Lei.

**Art. 8º** O Executivo regulamentará a presente lei no que couber, inclusive com a minuta do “Termo de Cooperação”.

**Art. 10º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itaúna, 20 de março de 2018.

**Hudson Rodrigues Bernardes**  
*Vereador*

## **JUSTIFICATIVA**

O referido Projeto de Lei tem o propósito de estabelecer uma parceria entre o poder público e a iniciativa privada com vistas a exploração comercial na ocasião da adoção e instalação de guarita de ônibus na cidade, promovendo consequentemente uma maior comodidade e conforto aos usuários de ônibus.

Muitas guaritas necessitam de uma manutenção. Também em muitos pontos de ônibus são desprovidos de tal benefício.

**Hudson Rodrigues Bernardes**  
*Vereador*

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**  
**RELATÓRIO**  
**AO PROJETO DE LEI Nº. 24/2018**

Anselmo Fabiano Santos  
*Relator da Comissão*

Tendo esta Comissão, recebido na data de 21/03/2018, por parte da Secretaria Legislativa d

Câmara Municipal, a remessa do Projeto de Lei nº 24/2018 nesta Casa registrado sob o nº24/2018, que Dispõe sobre a instituição do Programa "Adote uma Guarita" no município de Itaúna e dá outras providências". E tendo sido nomeado para relatar sobre a matéria em apreço, passo a expor as seguintes considerações:

O mencionado projeto dispõe sobre a instituição do Programa "Adote uma Guarita" no município de Itaúna e dá outras providências, e tem o propósito de estabelecer uma parceria entre o poder público e a iniciativa privada com vistas a exploração comercial na ocasião da adoção e instalação de guarita de ônibus na cidade, promovendo consequentemente uma maior comodidade e conforto aos seus usuários. Neste sentido, entendemos que o Projeto de Lei em apreço, está instruído com a documentação necessária, e encontra-se elaborado dentro da correta técnica legislativa, atendendo ao que estabelece o art.60, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Feitas as considerações acima, conclui-se:

**VOTO DO RELATOR**

Diante do exposto, e após analisar o Projeto de Lei em questão, entendo que a matéria encontra-se elaborada em conformidade com as Normas Legais e Regimentais atinentes à espécie, e dentro da correta técnica legislativa, tem amparo legal e constitucional, deste Legislativo, estará apta a ser apreciada pelo plenário desta Casa Legislativa.

Sala das Comissões, 23 de Março de 2018.

---

*Anselmo Fabiano Santos*  
*Relator*

**PARECER FINAL DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**  
**AO PROJETO DE LEI Nº 24/2018**

Diante da análise, bem como, da emissão do Parecer exarado pelo relator da Comissão de Justiça e Redação Vereador Anselmo Fabiano Santos, ante o Projeto de Lei nº 24/2018, nesta Casa registrado sob o nº 24/2018, que dispõe sobre a instituição do Programa "Adote uma Guarita" no município de Itaúna e dá outras providências de autoria do vereador : Hudson Bernardes , entendemos que a proposta está instruída corretamente, atende a legislação vigente, estando portanto a matéria em apreço em condições legais de admissibilidade sob os aspectos constitucionais, regimentais e de correta técnica legislativa.

**Somos favoráveis à apreciação do Projeto pelo Plenário, acompanhando o Voto do Relator.**

Sala das Comissões, em 23 de Março de 2018.

*Anselmo Fabiano Santos*  
*Relator*

*Hudson Bernardes*  
*Presidente*

*Lacimar Cezario*  
*Membro*

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**  
**RELATÓRIO AO PROJETO DE LEI Nº. 24/2018**

**Joel Márcio Arruda**

Relator da Comissão

Tendo esta Comissão, recebido na data de 04/04/2018, por parte da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal, a remessa do **Projeto de Lei nº 24/2018** proposto pelo edil Hudson Bernardes que “Dispõe sobre a instituição do Programa “Adote uma Guarita” no município de Itaúna e dá outras providências.”, e tendo avocado para si a relatoria da matéria em apreço, passo a expor as seguintes considerações:

O projeto em tramitação, passou pelo crivo da Comissão de Justiça e redação, possui correta técnica legislativa e está em conformidade com o ordenamento pátrio, sendo assim favorável o parecer dessa r. comissão para prosseguimento do processo de apreciação em plenário.

No tocante a matéria orçamentaria e financeira atinente a essa comissão, verificou-se que o Projeto de Lei tem como escopo receber a colaboração, diretamente, de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, na implantação, melhoria e conservação de pontos de parada de ônibus no Município.

No caso em análise, trata-se de uma concessão administrativa comum, ou seja, " é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.", sem contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

Pela proposta em comento, a Administração Pública poderá cooptar competente colaboração particular em parcerias que resultem no efetivo proveito dos munícipes, atendendo ao interesse público e a probidade administrativa.

A proposta não criará cargos, obrigações ao Executivo, e tão pouco gerará despesas, podendo-se concluir que a proposição deve continuar a ter seu adequado trâmite legislativo, uma vez que não existem óbices de legalidade e constitucionalidade, estando sob estes aspectos, apta para ser debatida e deliberada pelo egrégio Plenário que, é competente para a análise e decisão acerca da viabilidade, conveniência e oportunidade da proposição.

Feitas as considerações acima, conclui-se:

## **VOTO DO RELATOR**

Diante do exposto, e após analisar o Projeto de Lei em questão, entendo que a matéria encontra-se elaborada em conformidade com as Normas Legais e Regimentais atinentes à espécie, está instruído com a documentação necessária, e dentro da correta técnica legislativa, tem amparo legal e constitucional, deste Legislativo, e não contraria, as leis orçamentárias já aprovadas por essa casa, atendendo ao que estabelece o art.60, inciso II, do Regimento Interno da Câmara Municipal., estando apta a ser apreciada pelo plenário desta Casa Legislativa.

Sala das Comissões, 05 de Abril de 2018.

---

*Joel Márcio Arruda*

*Relator*

**Acompanham o Voto do Relator os demais membros da Comissão:**

*Hudson Bernardes*

*Membro*

*Gleison Fernandes*

*Membro*